

Dossiê aponta corrupção em estatal dos portos

De acordo com advogado, esquema já causou prejuízo de US\$ 50 milhões

THÉLIO DE MAGALHÃES

O advogado Luiz Carlos de Arruda Camargo pediu ontem ao Ministério Público Estadual a abertura de processo contra o presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Maurílio Mariano, e demais diretores da estatal, que está sob intervenção federal. Com base em extenso dossiê, o advogado denuncia crimes de enriquecimento ilícito, estelionato, peculato, formação de quadrilha, falsificação de documentos e fraudes em concorrência pública. Representante de várias pessoas físicas e jurídicas que se consideram prejudicadas por irregularidades na estatal, Camargo pede ainda a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.

Segundo a documentação, desde 1987 um vasto esquema de corrupção estaria operando na estatal, com prejuízos de US\$ 50 milhões para os cofres públicos. A representação aponta vícios em 90% dos editais de concorrência, cujo objetivo seria inabilitar participantes para permitir firmar contratos de emergência. De acordo com o advogado, o procedimento é rotineiro na Codesp, cuja comissão de licitação é definida pela presidência e da qual só participam integrantes do esquema.

“Nenhuma empresa que não se submeta a Maurílio Mariano consegue transpor os obstáculos relativos à habilitação”, denuncia Camargo. Segundo o dossiê, Mariano foi nomeado para exercer o cargo de diretor de engenharia da Codesp pelo governo Collor. A nomeação teria resultado de acordo político conduzido pelo irmão de Maurílio, o deputado federal Maurici Mariano, à época filiado ao PRN. A partir de janeiro deste ano, Maurílio passou a acumular também a presidência da estatal formando, segundo Camargo, “uma verdadeira quadrilha”. O advogado anexou à representação seis contratos de emergência, que prorrogam prestação de serviços por até 270 dias, apesar de a nova lei de licitações fixar máximo de 180 dias.